

CNS recusa ^{Saúde}venda livre de remédio

O Conselho Nacional de Saúde pediu ontem ao ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, um prazo de 30 dias para que o Ministério da Saúde avalie adequadamente o impacto sobre a saúde do brasileiro da autorização para que supermercados possam vender medicamentos que dispensam receita médica.

O pedido foi acompanhado de uma moção de repúdio à decisão, aprovada pela unanimidade dos conselheiros. A autorização vai constar da medida provisória que estabelece as regras do real e sua intenção é a de provocar a redução da margem de lucros dos laboratórios farmacêuticos.

O Conselho, no entanto, considerou a proposta das autoridades econômicas como "irresponsável". Segundo o secretário de Saúde de Pernambuco, Danilo Campos, "essa decisão é um estímulo à automedicação da população e promove ainda mais a falência do sistema público de assistência à saúde, pois vai so-

brecarregar ainda mais os atendimentos".

Durante a reunião extraordinária do Conselho, realizada ontem, o assessor especial do Ministério da Fazenda, Ronald Castelo Branco, tentou convencer os conselheiros do acerto da medida. Conforme afirmou, a expansão dos pontos de venda não vai provocar apenas a queda nos preços dos produtos farmacêuticos, mas vai ainda facilitar o trabalho dos órgãos de fiscalização do governo no controle desses preços.

Castelo Branco informou os conselheiros que a decisão de autorizar supermercados a vender remédios não partiu da equipe econômica, mas foi tomada no próprio Palácio do Planalto. "A equipe econômica apenas cumpriu a determinação, fornecendo o embasamento técnico para a medida", garantiu.

A exposição do assessor do Ministério da Fazenda não convenceu os conselheiros, que decidi-

ram repudiar a decisão e apelar para Ricupero retirar a questão da redação final da MP do real.

Os conselheiros consideraram também que deveriam ter sido consultados pelo Palácio do Planalto antes que a decisão fosse tomada. Se isso tivesse ocorrido, a Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde teria sido acionada e o impacto da medida sobre a saúde dos brasileiros já estaria claro.

Ao final da reunião extraordinária do Conselho, Castelo Branco não deu muitas esperanças de que o ministro da Fazenda aceite o pedido dos conselheiros. O texto da MP já está definido e sendo encaminhado para publicação.

Além disso, é notória a preocupação do presidente Itamar Franco em relação ao alto custo dos remédios, que já provocou atritos entre o governo federal e a indústria farmacêutica. A conclusão de Castelo Branco é que dificilmente a MP será mudada.